

# CADMO

Revista de História Antiga

Centro de História  
da Universidade de Lisboa

19



ἩΜΕΙΣ ΤΟΙΣ ΠΑΙΣΙΝ ΤΗΣ ΠΟΛΕΩΣ  
ΜΗΝΙΝ ΛΕΙΔΕ ΘΕΑ ΠΗΛΗΙΑΔΕΩ

# A REALEZA EGÍPCIA NO IMPÉRIO ANTIGO: PERSPECTIVAS SOBRE A INTERACÇÃO DO SOBERANO COM OS SEUS DIGNITÁRIOS (V DINASTIA) – 1.<sup>a</sup> PARTE

PEDRO DE ABREU MALHEIRO

*Universidade de Lisboa*

## Resumo

Com este artigo o autor tenta uma abordagem que leve a uma melhor compreensão de vários aspectos relacionados com a maneira (ou maneiras) como o rei no Império Antigo se apresentava à elite dos seus súbditos, bem como a forma como estes registavam as suas respostas ou reacções em relação ao monarca. Com este propósito em mente, foram utilizados diversos tipos de documentos neste trabalho, para assim confirmar a ideia de que tanto o rei como os membros da elite egípcia criaram uma espécie de discurso num ambiente onde o ritual e a vida quotidiana se unem admiravelmente. Entre essas fontes, deu-se particular valor às inscrições de monumentos funerários privados e, em menor grau, aos templos reais. Os resultados desta pesquisa poderão fazer luz sobre certos *topoi* como a ideologia, a performance e os percursos das *belles-letters* (que geralmente se pensa terem aparecido apenas no Império Mério), nomeadamente as «autobiografias» de altos funcionários da V dinastia, das quais são apresentados alguns exemplos clarificantes.

## Abstract

Through this article the author seeks to make an approach that leads to a better understanding of several aspects concerning the way (or ways) how the king during the Old Kingdom presented himself to the elite of his subjects

and also how the latter registered and celebrated the corresponding response/reaction towards the monarch. With this purpose in mind, different kinds of documents were used in this essay in order to confirm the idea that both the king and the elite members of Egypt created a species of discourse in a setting where ritual and daily experience mixed together in a remarkable way. Among those sources, a great value was given to inscriptions from private funerary monuments and, in a lesser degree, from royal temples. The results of the survey will shed some light over *topoi* such as ideology, performance and the forebears of the Egyptian *belles-letters* (usually considered to appear only in the Middle Kingdom), notably the «autobiographies» belonging to high officials of Dynasty V, of which some clarifying examples are presented.

## Introdução

A realeza egípcia do Império Antigo herdou valores e instituições sócio-simbólicos já consideravelmente desenvolvidos que tiveram a sua génese no período de Nagada III<sup>(1)</sup>. Na Época Arcaica<sup>(2)</sup> (I e II dinastias), ganharam ainda maior solidez e vieram a ser aperfeiçoados<sup>(3)</sup>. Estas «pré-condições», cruciais para a ulterior evolução do faraonato, englobam algumas vertentes que nos são directamente acessíveis, como a titulação e a iconografia básicas do soberano egípcio. No Império Antigo, tais formas e instituições desenvolveram-se num espaço de cerca de meio milénio, época durante a qual vários pressupostos conceptuais egípcios concernentes à ordem cósmica, à sociedade e à religião assentaram em lastro mais firme.

De entre os testemunhos coevos, avultam, naturalmente, aqueles que materializaram as transformações mais extraordinárias ocorridas no Império Antigo: referimo-nos aos monumentos que os monarcas mandaram erigir para seus locais de inumação e ao desenvolvimento de registos escritos «públicos» mais extensos dos que até aí se tinham elaborado. O último fenómeno foi muito gradual e dependeu, principalmente, da interacção dos monarcas com os «outros» (igualmente membros da elite dirigente), que, ao usufruírem de *status*, tentavam de igual modo defendê-lo e exibi-lo, não estando apenas em causa a superior condição dos reis. Será um dos aspectos que tencionamos explorar, pese embora o elevado grau de dificuldade que suscita tal matéria, face a um pano de fundo que ainda se revela obscuro no que respeita aos elementos religiosos e régios subjacentes ou ex-

plicitamente observáveis em túmulos privados com decoração parietal. O contexto funerário das pirâmides, dos seus respectivos complexos circundantes e as necrópoles adjacentes, onde foram inumados os altos funcionários e os cortesãos do «Estado» egípcio, já foram objecto de múltiplas e exaustivas abordagens, as quais contribuíram para que nova luz se derramasse sobre a realeza faraónica e os membros privilegiados do poder central. O gigantismo das obras arquitectónicas da IV dinastia transmite uma mensagem indiscutivelmente mais peremptória e absoluta acerca das pretensões monárquicas do que as evidências captadas em textos e imagens esculpidos na pedra. Contudo, essa mensagem não é oposta às inscrições e às figurações plásticas, mas antes complementar. Quanto aos conhecidos «Textos das Pirâmides», se, por um lado, constituem um *corpus* assaz rico em informes sobre a posição ocupada pelo rei egípcio, por outro, neles se valoriza, sobretudo, a existência ultra-terrena ou *post mortem*, daí que assumam um cariz acentuadamente religioso, metafórico e mágico.

Neste ensaio recorreremos a diferentes materiais ilustrativos, no propósito de apurarmos vários aspectos quanto ao modo como o monarca se apresentava à elite dos seus súbditos e, também, como a última registava e celebrava a sua resposta/reacção em relação ao rei. Este e os membros da elite engendraram uma espécie de palco discursivo, onde ritual e experiência quotidiana se mesclaram profundamente. Os dignitários, mas não o soberano, foram criando um «mundo biográfico» e narrativo que, paulatinamente, foi incorporando a esfera régia, enquanto entidade ou fonte que conferia sentido aos acontecimentos ocorridos na sociedade humana. Aqui, incidiremos nos testemunhos e nas práticas que, porventura, traduzam um paralelo ao veículo da literatura escrita, que, no meio egiptológico, se considera como tendo surgido enquanto tal só a partir do Império Médio. O âmbito em que os reis existiram e interagiram com os «outros» apenas é perceptível através de vestígios fragmentários bastante escassos.

A fim de se configurar uma presença régia vivente no mundo egípcio, há que partir de dois pontos fundamentais: primeiro, qualquer modelo que se formule deve ser associado, quanto tal se justifique, ao contexto englobante da arquitectura, que comporta em si mesma tanto a iconografia como as inscrições hieroglíficas. Estas vêem-se constrangidas pelos géneros aos quais pertencem, seja por convenções, seja por padrões evolutivos (amiúde quase autónomos) dos próprios géneros; segundo, é possível sugerir, alicerçando-nos em fontes anteriores ao Império Antigo, bem como em material posterior, que a

vida do soberano consistia quase literalmente, num «ritual do ser-se rei»<sup>(4)</sup>. É ponto assente que a vertente ritual ditava as relações do monarca com as divindades e a sua respectiva expressão formal. Os actos mais significativos do soberano, designadamente a construção de monumentos e a condução da política interna e externa, eram, invariavelmente, objecto de ritualização. O rei efectuava ritos a favor da humanidade. Os seus périplos pelo país nilótico estavam intimamente vinculados a um protótipo ritual de regime periódico. Por último, a sua vida no palácio encontrava-se também envolvida por um enorme «manto» ritual. Assim, a maior parte dos testemunhos escritos ou plásticos que chegaram até nós apresenta um contexto praticamente sempre ritualizado. Ora material e contexto requerem análises tanto ao nível das formas do que era realizado, como em termos de convenções de género. Verdade se diga que muito dificilmente deparamos com descrições de situações irregulares ou insólitas que outrora tenham sucedido ou, então, com actos verdadeiramente específicos e individuais dos reis egípcios. Numa perspectiva hodierna e extrínseca, pode-se afirmar que as acções régias criaram, em larga medida, a «fábrica da história», ou seja, uma formatação individual e volitiva dos actores implicados nos acontecimentos<sup>(5)</sup>. O monarca necessitava de actuar por meio de convenções e de as manipular com vista a atingir as suas metas. Ele também podia proclamar inovações, desde que primeiro houvesse uma espécie de compromisso entre a legitimação mediante o passado – apelando às normas e às práticas pré-estabelecidas, típicas dos valores gerontocráticos egípcios – e através da inovação ou da mudança, estratégias que o rei partilhava com a elite dirigente. Tanto esta como a monarquia ocultavam, frequentemente, uma dessas estratégias, fazendo-a passar pela outra: tal processo, feito simultaneamente de constrangimento e iniciativa, assinalável em actos reais e privados, circunscrevia a «história», talvez ao ponto que Assmann<sup>(6)</sup> defendeu, fazendo-a seguir num caminho cíclico, pautado tanto por continuidade como, em certa medida, por inovações.

Embora se identifiquem algumas das convenções mais relevantes, dificilmente se vislumbram por trás delas preocupações ou anseios individuais. Ainda assim, as convenções devem constituir um dos focos da nossa atenção, uma vez que nos permitem empreender um esforço de aproximação às antigas normas da monarquia egípcia. Quanto às chamadas «proezas dos reis»<sup>(7)</sup>, cabe advertir que se devem sempre contemplar e interpretar apenas através deste filtro. No entanto, em geral, elas podem revelar-se totalmente inacessíveis por causa da

ficção que nelas se introduziu. A primeira abordagem deste tipo foi aplicada por Erik Hornung<sup>(6)</sup> à XVIII dinastia e, pouco depois, algo de idêntico fez Klaus Baer<sup>(9)</sup> em relação ao Império Antigo. Sobressaem dois domínios de acção e registo que se desenvolvem por meio de convenções: a apresentação do monarca em inscrições privadas e nos relevos régios providos de legendas hieroglíficas, a qual Hornung utilizou para o seu estudo; a manipulação do sistema de títulos (de função, cargos político-administrativos, afora epítetos honoríficos) como meio para gerir e dirigir tanto a mudança como a interacção grupal, aspecto que Baer compulsou na sua obra.

As tentativas de caracterização que se levem a cabo sobre períodos ou épocas inteiras da história egípcia com base nos referidos domínios conduzem, quase inevitavelmente, a generalizações excessivas no que respeita ao papel que as tradições terão desempenhado nesses lapsos temporais. Posto isto, não deixa de ser exequível elaborar uma descrição do «rei do Império Antigo», embora reconhecendo que este esforço de reconstituição e o seu grau de variabilidade (mesmo lidando com pequenos espaços de tempo) manifestarão, inegavelmente, uma considerável dose de artificialidade. Urge, igualmente, tomar em consideração que os padrões estabelecidos no início de um período, ou ainda antes, levaram a ulteriores estrangimentos evolutivos. Sob o ponto de vista conceptual, situamos a época em apreço no que John Baines rotula de «antes da literatura» no título de um seu artigo. O que significa isto? Pois bem, é algo que nos remete tanto para a natureza dos antigos registos textuais como para os tipos de testemunhos geralmente utilizados em abordagens sobre a ideologia régia, cujo núcleo ou principal fonte de inspiração radica nas *belles-lettres*<sup>(10)</sup> ficcionais do Império Médio e nas inscrições monumentais faraónicas do Império Novo, especialmente da XVIII dinastia. Outra das áreas já amplamente estudadas consiste no acervo dos textos dos templos egípcios, sobretudo sob a forma de legendas, produzidos na Época Greco-Romana<sup>(11)</sup>.

O que mais nos importa aqui são as *belles-lettres*. Os estudiosos que examinaram os textos literários egípcios encontraram nestes o núcleo de transmissão dos valores e da ideologia egípcios «clássicos» e, extensivamente, os *corpora* informativos mais ricos, contendo elementos complexos e dotados de cambiantes<sup>(12)</sup>. No âmbito das *belles-lettres*, ao analisarmos o Império Antigo, enveredaremos pela faceta «pré-clássica» das primeiras. Um dos aspectos mais elucidativos da complexidade das obras literárias prende-se à maneira como enqua-

dram o seu conteúdo, atribuindo-lhe significado mas, ao mesmo tempo, relativizando-o, ao deixá-lo por vezes aberto a eventuais questões. Este fenómeno poderá ser especialmente característico da literatura, mas já o mesmo não se aplica à capacidade humana de retroceder e estruturar a experiência vivida, que também é comum à própria interacção social genérica e ao desempenho de papéis ou funções, etc. Uma das componentes típicas e essenciais das sociedades e civilizações com elevado grau de sofisticação e desenvolvimento reside, mais do que noutras formas sócio-culturais, na incorporação de comportamentos complexos no seio de modalidades formais duradouras, seja através da arquitectura, seja em objectos requintadamente manufacturados, assim se difundindo a memória, além de, ao mesmo tempo, se gerarem novos e poderosos veículos de comunicação. Para o caso do antigo Egipto, tais «artefactos»<sup>(13)</sup> (a maior parte deles não sobreviveram até hoje) eram quase sempre dotados de inscrições. Vale então a pena buscar nos produtos e, sobretudo, nas inscrições «pré-literárias» do Império Antigo, características de algum modo comparáveis às das *belles-lettres* do Império Médio. Nos primórdios da civilização nilótica, alguns ou até muitos desses comportamentos complexos talvez já existissem, mesmo que apenas esboçados e, quando passou a haver o «Estado» egípcio, conheceram certamente formas mais concretas e aperfeiçoadas. O que afirmámos repousa apenas em poucos indícios, pois que dificilmente se obtêm dados seguros e circunstanciados para etapas históricas em que ainda não se praticava a língua escrita de maneira contínua, como aconteceu na fase Nagada III ou no período da rotulada «dinastia 0»<sup>(14)</sup>.

No presente estudo, debruçar-nos-emos particularmente sobre a V dinastia, no propósito de descortinar como nelas seria encarado o papel do rei, de que forma este se projectaria e relativizaria entre os membros da elite egípcia: em suma, apurar como se mobilizaria a realeza antes das *belles-lettres* virem a desempenhar o seu papel crucial. Esta tentativa de encontrar um paralelismo com as *belles-lettres* do Império Médio suscita, desde logo, a debatida questão da audiência: a literatura existe para assumir uma ou várias funções, sendo basicamente um veículo de comunicação. As fontes sobre as quais nos basearemos são «públicas», isto num sentido análogo à literatura. O mesmo, todavia, já não será válido para inscrições como os «Textos das Pirâmides», pelo menos se nos ativermos à localização dos mesmos, no interior dos monumentos régios e, portanto, totalmente inacessíveis à esmagadora maioria da população egípcia, ou melhor, ina-

cessíveis a qualquer ser humano vivo depois de encerrado o túmulo. No entanto, as formas que dependam de uma só performance, de uma inscrição gravada num túmulo privado, não possuem a generalidade e a natureza repetitiva próprias da literatura. Parecem reflectir um «mundo» em que os próprios eventos – episódios e interacções da realeza com o grupo da elite egípcia – eram, mais do que abstracção secundária da ficção, aspectos primários. Na medida em que reflectem e comentam esse mundo e os acontecimentos, tais formas mostram a criação de episódios formalizados e estruturados, extraídos da vida quotidiana. Posto isto, a distinção entre esse tipo de inscrições e a literatura propriamente dita radica mais no suporte e no contexto do que na substância. As suas audiências, porém, afiguravam-se bem mais restritas que as dos textos literários posteriores, já de si limitadas.

A maior parte dos testemunhos mais relevantes ou significativos concernentes à realeza do Império Antigo já é razoavelmente conhecida. Não será necessário recuarmos para além da obra de Henri Frankfort, *Kingship and the Gods* (publicada em 1948), estudo que teve como sustentáculo fontes de épocas mais tardias. Nas décadas seguintes, deram à estampa importantes contributos, haja em vista a monografia de Wolfgang Helck, *Untersuchungen zu den Beamtentiteln des ägyptischen Alten Reiches* (1954, além de numerosos artigos do mesmo autor), a obra de Hans Goedicke, *Die Stellung des Königs im Alten Reich* (1960), ou ainda a de Georges Posener, *De la divinité du pharaon* (1960). Nos anos imediatamente subsequentes, não se pode dizer que tenha surgido considerável número de estudos de vulto equiparáveis aos estudos citados. Só mais recentemente foi editada uma obra com alguma envergadura, centrando-se sobre as qualidades do soberano ideal, da autoria de Rolf Gundlach, intitulada *Der Pharao und sein Staat. Die Grundlegung der ägyptischen Königsideologie im 4. und 3. Jahrtausend*<sup>(15)</sup>: trata-se de uma abordagem em muitos aspectos apelativa ainda que, em certos aspectos, se manifeste demasiado tributária de pressupostos acerca da divindade régia e da força do «dogma» solar. Cabe, igualmente, destacar um artigo de Zahi Hawass, titulado «The Programs of the royal funerary complexes of the 4th dynasty» (1995)<sup>(16)</sup>, onde se aplicou um tipo de enfoque de várias questões fulcrais através da análise do enquadramento arquitectónico real. Quanto ao livro de Klaus Baer, *Rank and title in the Old Kingdom: The Structure of the Egyptian Administration in the Fifth and Sixth Dynasties*,<sup>(17)</sup> que continua a ser uma referência para todos aqueles que se debruçam sobre a máquina administrativa e os funcio-

nários egípcios nas duas últimas dinastias do Império Antigo, proporciona facetas exemplificativas da interacção do rei egípcio e das convenções pré-existentes com a elite<sup>(18)</sup>.

O soberano do Egito manipulava o sistema hierárquico dos títulos, o que afectava toda a elite dirigente, mas só o podia alterar a nível marginal. No entanto, caso sobreviesse uma mudança, mesmo que em reduzida escala, ela podia acarretar consequências significativas para os actores nela envolvidos. Determinados elementos desse sistema, como a precedência atribuída ao *iri-pat* (*iri-pṯ*) e ao *hatiá* (*ḥꜣty-ḥ*) face aos demais títulos, quase nunca alterados, parecem sugerir que estariam munidos de pressupostos subjacentes muito sólidos. As pesquisas de Baer, fortemente escoradas na documentação coeva, servem de complemento às abordagens talvez mais intuitivas de W. Helck<sup>(19)</sup>, que foram igualmente importantes para a tentativa de recriação da ambiência social e formal em que rei e elite viviam. Com efeito, o egiptólogo alemão constatou que os Egípcios enfatizaram determinadas componentes como as insígnias régias, as perucas e o próprio contacto físico com peças de vestuário e produtos corporais do monarca<sup>(20)</sup>. Para Helck, todos estes aspectos constituíam reminiscências «primitivas» que vieram a prevalecer ao longo do Império Antigo, coexistindo com vertentes típicas da nova época. Talvez seja viável interpretar as áreas exploradas por Helck e Baer como diálogos entre o passado e o presente (como aliás o último também as entendeu<sup>(21)</sup>), através das quais os actores reestruturavam campos de experiência em comum. A «formatação» régia do referido sistema de títulos representava um procedimento relativamente secular e terreno, visando controlar a vivência e as expectativas ou aspirações da elite por meio da manipulação dos escalões hierárquicos e das «biografias» dos seus membros, implementando a interrelação dos elementos mais fixos, esquemáticos e, até, pragmáticos na caracterização das suas «pessoas sociais».

Como os títulos raramente se reportam a cargos ou funções bem concretos<sup>(22)</sup>, torna-se difícil captar realidades tangíveis de uma administração em funcionamento apenas a partir dos epítetos exibidos pelos dignitários e cortesãos do poder central estatal. Contudo, os idiomas essenciais indicativos do grau de proximidade em relação à pessoa do rei e seus atributos ou insígnias, bem como a ficção residual de um grupo dirigente restrito que se depreende do título de *iri-pat*, «membro da *pat*» (ou membro da elite), sugerem o modo pelo qual o monarca se apresentava na condição de entidade interactuante face aos altos funcionários. Apesar de os principais dignitários exercerem funções e

tarefas administrativas efectivamente diversificadas, os seus títulos enfatizam o seu estatuto a um nível ritualizado, cerimonial e hierárquico<sup>(23)</sup>. Importa realçar que esta interacção rei-elite é tipicamente egípcia, uma vez que não havia (contrariamente ao que alguns autores ainda sustentam) uma «nobreza hereditária»: os membros da camada dirigente tanto podiam integrar um grupo caracterizado por laços de parentesco a uni-los entre si – fossem genuínos ou fictícios<sup>(24)</sup> – como formar uma meritocracia; mas, repetimos, pelo menos em princípio não constituíam uma aristocracia. Os indivíduos pertencentes à elite estavam basicamente ligados por interesses mútuos (o que também era factor de conflitos ou fricções) e pela ideologia, que se expressava em princípios ou noções abrangentes como a *maet*, além de outras vertentes da realeza, e na articulação da hierarquia social. As vidas e as aspirações do grupo dirigente abarcavam ainda outros domínios, que se patenteiam claramente nos relevos dos túmulos privados do fim do Império Antigo, com cenas aludindo aos bens patrimoniais dos seus proprietários, virtualmente auto-suficientes.

Se, por um lado, a obra citada de H. Frankfort incidiu em aspectos globais versando a ideologia e o simbolismo da realeza, os estudos posteriores, por outro, centraram-se em vectores como a titulação monárquica, a intrincada problemática da divindade do soberano egípcio ou em fontes respeitantes à interacção do rei com os seus súbditos. Certas assunções de cariz genérico, observáveis em abundante número de livros e artigos especializados, parecem transmitir, ainda hoje, a ideia de que o Império Antigo terá sido bastante diferente dos períodos e épocas subseqüentes da civilização faraónica. No entanto esse tipo de interpretação foi rebatido nas monografias de Posener e Goedicke, antes mencionadas, que tentaram mitigar a tónica sobre a tão propagada divindade régia, mas o certo é que antigos estereótipos conceptuais teimam em persistir nas mentes de diversos egiptólogos actuais. Curiosamente, alguns deles aparentam perfilhar quase na íntegra a própria visão que os Egípcios de tempos mais tardios tinham do Império Antigo, encarando-o como uma época «pristina», na qual não existiria ainda grande complexidade nem fortes contrariedades (como as que viriam a surgir no Primeiro Período Intermediário)<sup>(25)</sup>. A este respeito, as interpretações formuladas por J. Assmann,<sup>(26)</sup> ainda que patenteando elevado grau de qualidade e sofisticação, manifestam, todavia, um pouco dessa concepção acerca do Império Antigo. Acontece que uma abordagem desta época norteada por tais parâmetros pode ver-se afectada pela metáfora «orgânica» da sociedade: como o Império Antigo despontou

nos primórdios da história egípcia – não obstante ser o corolário de um processo estrutural e conjuntural assaz longo – determinados autores visualizam-no geralmente como um estágio «jovem» ainda não atreito nem submetido aos problemas que mais tarde surgiriam no horizonte do país das Duas Terras. Cabe sublinhar que se trata de uma perspectiva histórica inadequada e contestável, dado que subsistem testemunhos concretos do Império Antigo que provam, aparentemente, que os actores da época não a entendiam como sendo o marco de um verdadeiro «começo»<sup>(27)</sup>. Actualmente não restam dúvidas de que o «Estado» egípcio resultou de uma coalescência pautada por conflitos intermitentes ao longo do seu desenvolvimento (mas não ao jeito da simplista teoria tradicional da oposição belicosa entre um «reino do Delta» e outro do Alto Egipto) nas derradeiras etapas do Pré-Dinástico, fenómeno que igualmente se verifica noutros períodos da história faraónica: a ordem foi quase sempre obtida à custa da supressão da desordem, isto é, daqueles que foram excluídos ou derrotados.

Apesar de se ter engendrado uma ideologia que apresentava o Egipto como um cosmos perfeito, «pristino», não há, todavia, motivos para se acreditar que os Egípcios do Império Antigo compreendessem esta imagem como uma realidade em vez de um ideal. De facto, numerosos indícios apontam para a existência de uma percepção mais matizada do mundo, como aliás seria de esperar de um grupo humano complexo – talvez especialmente uma elite dirigente – que pertenceria a uma tradição que já se estabelecera havia muito. De modo análogo, empreender uma abordagem do rei egípcio através da questão da sua divindade, aspecto que frequentemente se perspectivou como um declínio gradual a longo prazo de um *Weltgott König* (expressão amplamente empregue por Helck), presumivelmente típico da Época Arcaica, pode, também, não ser muito frutuosa. Neste contexto, Siegfried Morenz<sup>(28)</sup> defendeu a teoria de que a transição (se de facto o foi) da predominância do nome de Hórus para o título de «filho de Ré», na IV dinastia, balizaria um declínio do estatuto e do carácter divinos do monarca, que ainda mais se acentuaria na própria iconografia régia nos últimos tempos do Império Antigo. Afora outras dificuldades, um modelo abrangente como este não se coaduna com a enfatização da divindade real em épocas como o Império Novo e em espaços específicos como os templos greco-romanos. Para se estudar devidamente o problema da divindade ou da divinização do rei será melhor ter como base uma análise comparativa de fontes procedentes de distintas etapas da história egípcia.

## 1. O presente estudo

Outro dos problemas com que deparamos nesse tipo de abordagens tem a ver com a ideia de que os pontos de partida para o futuro desenvolvimento civilizacional consistiram em concepções e instituições ainda incipientes. No entanto, é relativamente fácil depreendermos que as noções concernentes ao estatuto do soberano egípcio já estariam providas de complexidade no início do período dinástico (a partir da Época Arcaica)<sup>(29)</sup>, numa altura em que a realeza tinha, inegavelmente, séculos de existência, pelo que as etapas compartimentadas ideadas por diversos especialistas não representaram, de certo, «novos começos». Não restam dúvidas de que o *status* do monarca egípcio era superior ao de qualquer outro ser humano: embora homem, também se afirmava, em certo sentido, um deus; beneficiava de culto funerário e pode até ter sido venerado ainda em vida<sup>(30)</sup> nos seus complexos tumulares, além de usufruir (na III dinastia e, talvez ainda, em princípios da IV) de uma modalidade cultural celebrada em pequenas pirâmides construídas um pouco por todo o país das Duas Terras<sup>(31)</sup>. Mas o rei, em si mesmo, não possuía os atributos importantíssimos de «vida» e de «poder», em relação aos quais dependia das divindades desde, pelo menos, o tempo de Narmer, pelo que não podia controlar nem vivificar o cosmos sem a intervenção divina. O monarca era, como muitas vezes já foi dito, o elo de ligação entre o mundo humano e o das divindades. No entanto, esta posição do rei como intermediário observa-se especialmente através das características da iconografia e do *decorum*<sup>(32)</sup>, daí que levante eventuais objecções se tal ideia seria efectivamente entendida como uma clara realidade. Tanto G. Posener<sup>(33)</sup> como H. Goedicke<sup>(34)</sup> tentaram explicar a distinção entre a humanidade do monarca e a sua divindade em termos da função exercida: o detentor da realeza era humano mas o seu ofício afirmava-se divino. Assim, este aspecto deve ter constituído uma parte bem significativa na legitimação da instituição monárquica. Salientemos que o ofício e o seu detentor são explicitamente diferenciados nos textos do Império Médio e, de modo implícito, na iconografia real desde finais do Pré-Dinástico. Mais ainda: além do carácter óbvio dessa distinção, um cargo requeria sempre a capacidade e o engenho de superar a eventualidade de ser ocupado por indivíduos desprovidos de valor ou eficácia actuante, tópico, aliás, que se explorou nas *belles lettres* egípcias. Seja como for, o rei apresentava-se aos súbditos como uma só entidade. Na vivência do dia-a-dia, eles certa-

mente não descortinariam de forma tão simples tal dicotomia (se é que o faziam); teriam, em vez disso, a percepção do desenrolar de acções do rei, que se estruturavam no intuito de propiciar experiências marcantes que projectassem a monarquia no seio da elite egípcia e, extensivamente, sobre uma sociedade mais alargada. Estas experiências apenas nos são acessíveis através de modalidades altamente convencionalizadas em três domínios básicos: a arquitectura, a iconografia e os textos privados.

Aqui analisaremos alguns dos materiais (sobretudo inscrições) que resistiram à usura do tempo em que se observe a acção e a interacção do monarca relativamente à população egípcia, mas cingindo-nos essencialmente em testemunhos privados. A partir desse labor talvez seja possível descobrir uma semântica da realidade que se formalizava mediante estes meios, bem como a forma e o sentido que foram adquirindo em várias etapas e como tudo isto se poderá cotejar com outros modos de evocar as relações sociais e o passado imediato do Egipto. Neste ensaio deixaremos de parte o mundo dos mortos e, extensivamente, comentários ou juízos acerca da colossalidade dos monumentos piramidais funerários, também pouco discorrendo sobre os elementos decorativos dos templos dos complexos régios. Parece-nos adequado omitir tais facetas, uma vez que não têm relação directa com os assuntos que serão explorados. No que respeita aos monumentos funerários privados, tanto a sua arquitectura como a sua localização, em torno das pirâmides, serviam, acima de tudo, para modelar o «mundo social» dos grandes e notáveis do grupo dirigente, ponto que bastas vezes tem sido realçado. Mas o acesso às experiências e aos discursos vivenciais, por meio desses elementos essencialmente arquitectónicos e topográficos, revela-se tarefa muitíssimo complicada, razão pela qual nem encetaremos qualquer esforço de sistematização neste campo concreto.

## **2. Os exemplos mais recuados de utilização de textos e «biografias»**

### **2.1. Materiais de ostentação**

Os mais antigos textos contínuos inserem-se, naturalmente, no contexto global do desenvolvimento da escrita hieroglífica, processo

que só conseguimos rastrear de maneira muito imperfeita e incompleta por causa da perda de substancial quantidade de testemunhos. Destes, os mais remotos em que se atesta a utilização da língua escrita de forma contínua, de finais da II dinastia e princípios da III, demonstram já uma estrutura desenvolvida e até «especializada»: consistem em declarações de favores divinos contidas em impressões de cilindros-selos<sup>(35)</sup> e em discursos ou alocuções proferidos pelas divindades aos reis cujo teor manifesta características gramaticais similares às de textos mais tardios<sup>(36)</sup>. Quanto aos discursos, possivelmente derivados de um repertório pré-existente mais vasto, conhecem, aparentemente, difíceis paralelos na linguagem consignada em inscrições de âmbito «público» até inícios da V dinastia, isto é, mais de 150 anos depois. É certo que esta lacuna talvez se deva ao muito material epigráfico que não sobreviveu dos templos da IV dinastia. Do período que vai de finais da IV dinastia<sup>(37)</sup> a princípios da V é que procedem os mais antigos textos discursivos que, de certo modo, se poderão considerar como «biográficos» (numa acepção mais lata do que a habitualmente empregue), e não tanto como de natureza documental, ritual ou «heráldica». Para estas composições privadas, o rei perfila-se como o imprescindível ponto de referência. De entre as poucas inscrições conservadas da IV dinastia, destaca-se uma legenda parietal pertencente, com toda a probabilidade, ao complexo funerário de Khufu, na qual se afirma que um barco como o que se construía para o rei jamais alguma vez se fizera<sup>(38)</sup>. Este fragmento de calcário reveste-se de suma importância, porque mostra que a «linguagem contínua» era por vezes inscrita em superfícies parietais obedecendo a propósitos régios e de ostentação, ainda que acompanhando imagens e não formando um elemento autónomo.

Além deste exemplo, embora se conheçam muitos outros de natureza mista (ou seja, pictórico-textual) do Império Antigo, por enquanto ainda não se encontrou qualquer tipo de narrativa relatada por um soberano egípcio até ao Primeiro Período Intermediário. Mais tarde, as estelas do rei tebano Uahankh Antef, da XI dinastia, tiveram, essencialmente, como fonte inspiradora padrões privados, tanto no conteúdo como na iconografia das mesmas<sup>(39)</sup>. Do Império Antigo propriamente dito, as inscrições reais de pendor narrativo são bastante escassas, mas tal se deve, certamente, aos acidentes de preservação das fontes da época<sup>(40)</sup>. No que respeita ao material figurativo dos templos pertencentes aos complexos funerários reais do Império Antigo, ele exercia funções de significado e simbolismo que ainda suscitam

dúvidas e incertezas aos egiptólogos, uma vez que esses conjuntos de imagens foram colocados em sítios onde poucos indivíduos teriam acesso. Assim, afirmar categoricamente que cada uma destas composições tinha um valor «propagandístico» é algo problemático, sobretudo se entendermos o vocábulo «propaganda» de acordo com o sentido que hoje em dia se lhe confere<sup>(41)</sup>. Contudo, típicas cenas iconográficas egípcias, como a da execução ritual de antagonistas pelo monarca – esculpidas em superfícies não visíveis a partir do exterior – podem ser entendidas superficialmente sob uma tal perspectiva.

No entanto, compreender-se-ão bem melhor se as encararmos enquanto componentes de um discurso complexo, que se desenrolava ao longo da decoração de todo um templo régio, destinando-se ela, acima de tudo, a uma audiência ou público não humanos, isto é, às divindades. Contudo, essa mesma decoração terá igualmente assumido uma vertente «performativa», já que contribuía para garantir a integridade do microcosmos do próprio monumento arquitectónico. Este, em si mesmo, poderia transmitir uma ou várias mensagens sobre o rei e o cosmos à sociedade egípcia mais alargada, mas para a esmagadora maioria das pessoas que o não contemplassem directamente ou estivessem perto do monumento, a mensagem (ou mensagens) teria, forçosamente, de ser simples, vaga e generalizada. Valeria a pena tentar perceber, numa investigação mais circunstanciada que não cabe nos nossos propósitos, como o monumento funerário régio, as residências e as propriedades fundiárias, que serviam de centros de abastecimento e manutenção de culto, teriam ou não um significado mais complexo, numa escala extensiva a todo o Egipto. Certos elementos icónicos parecem indicar nessa direcção, como a incorporação da estrutura das *sepaut* (províncias) nos próprios monumentos, tanto através de personificações alegóricas como mediante a elaboração de cálculos abstractos<sup>(42)</sup>.

Outra maneira pela qual o papel do monarca egípcio era recordado perpetuamente radicava, como é sobejamente sabido, nos anais que estiveram na base para a compilação do teor da «Pedra de Palermo». As impressões de selos descobertas por Günter Dreyer<sup>(43)</sup>, contendo nomes de reis pré-dinásticos e arcaicos, assim como o fragmento «onomástico» da V dinastia<sup>(44)</sup>, parecem sugerir que existiria uma tradição de listas reais (ou nomes de soberanos com parcos ou mesmo nenhuns informes em anexo), paralelamente aos nomes dados aos anos, que se gravavam em rótulos e se organizavam de modo diferente, traduzindo-se numa espécie de listagem contínua, como se

atesta na «Pedra de Palermo». Durante a Época Arcaica, essas designações para os anos já definiam e registavam um papel histórico para os reis. No entanto, o significado atribuído a tal modalidade designativa veio a transformar-se na tradição egípcia, passando a vigorar a contagem bienal e, no começo da IV dinastia, o sistema do número de anos de reinado. A partir daí, deixou de ser necessário usar de tanta brevidade na consignação dos próprios nomes e dos eventos. Do reinado de Seneferu em diante, as «entradas» anuais observáveis na «Pedra de Palermo» são mais extensas, podendo até dizer-se que nelas estão exarados eventos históricos, embora com um carácter e uma amplitude bastante restritos e peculiares. Na V dinastia, tais «entradas» conheceram nova ampliação, o mesmo acontecendo na VI<sup>(45)</sup>, o que possibilitou a inclusão de dados mais alargados. Estas fases mais «recentes», patentes na «Pedra de Palermo» e no denominado «Fragmento do Cairo», não se limitavam a ser registos de cariz utilitário concebidos com finalidades referenciais, já que nelas se terão valorizado os eventos em si mesmos.

É muito provável que houvesse alguma modalidade idêntica, só que provida de um formato menos sóbrio, onde se consubstanciassem narrativas dos feitos ou proezas dos reis, que poderiam ser proclamadas anualmente de maneira mais ou menos «pública» ou num modelo condensado, quando se lidava com lapsos temporais mais dilatados. Nada deste género chegou até nós, mas a persistência duradoura de uma tradição analística em larga escala queda demonstrada pela inscrição de Amenemhat II (XII dinastia, Império Médio), descoberta em Mit Rahina<sup>(46)</sup>. Este tipo de tradição terá depois transitado integralmente para o domínio «narrativo» a partir do tempo de Tutmés III (XVIII dinastia, Império Novo).

Como noutros aspectos, a escolha dos tópicos para assentar por escrito e o estilo das «anotações» do Império Antigo manifestam claramente a vertente ritual do papel desempenhado pelo rei, captando-se estreitos paralelos entre a construção de templos, doações, a dedicação de estátuas e as viagens de inspecção pelo Egipto ou as campanhas militares. Estes tópicos são, aliás, característicos do teor dos anais da VI dinastia<sup>(47)</sup>. A íntima ligação entre texto e imagem<sup>(48)</sup> em composições régias foi, também, um factor importante para o desenvolvimento inicial das «autobiografias» privadas, cuja localização na decoração dos túmulos dos dignitários as associa directamente às representações em baixo-relevo dos respectivos proprietários, ao mesmo tempo que estão subordinadas à ordenação figurativa e aos tópicos

métodos egípcios de transmissão de significado. Uma «biografia» hieroglífica gravada por cima da imagem do proprietário de um túmulo é, com efeito, tanto uma legenda como uma auto-descrição (na realidade frequentemente encomendada por um descendente): fornece elementos cruciais sobre a identidade pessoal, ainda que sucintamente desenvolvidos por causa das limitações inerentes às convenções e ao *decorum* nos monumentos funerários.

No Império Antigo, o *decorum* tornou-se, em certa medida, mais rígido do que nos tempos precedentes, conduzindo à progressiva exclusão de «emblemas» profissionais e de amuletos específicos observáveis em algumas peças da Época Arcaica, tanto em relevo como na estatuária<sup>(49)</sup>. Mas, em contrapartida, registou-se um aumento do material textual, o que poderá ter correspondido a um desenvolvimento complementar. Nestas mudanças, a consequência que mais se destaca é a iconografia do soberano e das divindades, ficando a vertente régia e a divina à parte da vertente privada. No entanto, continuou a seguir-se a tradição no tocante à valorização do aspecto visual face ao verbal, o que não significa que o último fosse desprovido de importância na conduta da própria vida. Consequentemente, urge examinar a complexidade dos monumentos reais através de vários níveis de leitura: desde as suas composições figurativas e elementos cosmográficos, até às representações compósitas, onde se reúnem legendas e componentes plásticas. O *decorum* polarizava, então, o real e o privado. Cabe lembrar que nem mesmo o nome de Hórus do monarca podia ser inscrito nas tumbas de particulares<sup>(50)</sup>. As principais imagens do rei egípcio, iconograficamente complexas e variáveis (não incluindo relevos rupestres, como os de Uadi Maghara, no Sinai<sup>(51)</sup>), situavam-se no interior de estruturas arquitectónicas sagradas. Nestas, os textos situavam-se numa posição subordinada, na condição de legendas. Quanto aos particulares, embora não podendo representar o rei nos seus túmulos, «catalogavam», ainda assim, as conexões com o senhor das Duas Terras através dos títulos que acompanhavam as suas efígies e, gradualmente, passaram a exhibir outros aspectos dessas conexões em textos contínuos. Daqui se conclui que o soberano tinha à sua disposição, de modo exclusivo, uma forma mais valorizada de ostentação. Havia razões, na própria configuração para ele desenvolvida, para que se não apresentassem assuntos sequenciais ou narrativos acerca da sua pessoa nos monumentos. A primeira grande mudança neste domínio teve lugar com as alterações sistemáticas levadas a cabo no *decorum* durante o Império Médio. Além disso, a

transformação arquitectónica do modelo da pirâmide escalonada ou em degraus (típica da III dinastia) no tipo da chamada pirâmide «perfeita» (IV dinastia), viu-se secundada por acrescidas restrições no *decorum*, a que atrás aludimos.

Alguns elementos desse processo de desenvolvimento terão adquirido um carácter simultaneamente estético e hierárquico, se bem que as limitações hierárquicas da IV dinastia se relacionassem intimamente com a ênfase conferida ao rei, que sofreu um forte impulso no início deste período. Contudo, as fontes a que iremos recorrer neste estudo foram produzidas depois de se assistir a um certo afrouxamento dessas tendências, em finais da V dinastia e princípios da VI. Nos monumentos privados, o significado das inscrições «autobiográficas» não se pode aferir tomando apenas em consideração o contexto imagético-compositivo através do qual a escrita aparece associada. Não deveremos encarar estas fontes como amostras de uma literatura teoricamente provida de liberdade de *status* (na medida em que efectivamente ele existisse ou não)<sup>(52)</sup>. Uma identidade publicamente projectada possuía uma componente visual, mesmo que a imagem não fosse propriamente distintiva. Embora a descrição plástica das diferentes idades da vida de um indivíduo<sup>(53)</sup> facultasse alguma dimensão temporal aos elementos figurativos, as imagens viam-se mais especificamente desenvolvidas pelas inscrições que as acompanhavam, dado que estas continham um valor narrativo/«biográfico» relevante, inclusive nos casos em que o seu teor fosse parco em informes e o carácter que extravasasse se revelasse um tanto estático. O valor atribuído à «biografia» e ao tempo<sup>(54)</sup> constitui, na realidade, uma característica quase universal da «pessoa social»<sup>(55)</sup>: contrariamente ao que certos estudiosos preconizaram, ela mostra-se invulgarmente acentuada no caso do antigo Egipto, pelo menos entre os membros da elite dirigente, consistindo num elemento que esteve presente em todas as etapas da longa história da sua civilização.

## 2.2. Algumas inscrições «autobiográficas» privadas da V dinastia

As mais antigas inscrições «autobiográficas» dotadas de linguagem contínua, deixando de parte as séries de títulos, material não contínuo, as fórmulas de oferendas e de maldição, pertencem aos reinados de Sahuré e Neferirkaré, ambos da V dinastia. Estas fontes

proporcionam indicações de um contexto social relacionado com a realeza. O fulcro imediato desse contexto pode e deve entender-se na qualidade de performance. Assim, concentrar-nos-emos em tais inscrições. As conclusões que daí extrairmos poderão eventualmente conhecer paralelismos relativamente à documentação mais abundante dos séculos subsequentes<sup>(56)</sup>.

O par de inscrições em pedra de Niankhsekhmet funciona ao jeito de complemento em relação à «falsa porta»<sup>(57)</sup> onde foram esculpidos os hieróglifos, implicando a existência de uma «instituição» de reciprocidade entre o monarca e o indivíduo referido, pertencente à elite. Na primeira inscrição (do lado esquerdo), Niankhsekhmet dirige-se ao monarca, pedindo-lhe que ofereça uma «falsa porta», ao que o rei, em resposta, lhe entrega duas dessas portas. No túmulo desse dignitário, porém, só se descobriu uma «falsa porta» e, a julgar pelo estudo da planimetria do monumento arquitectónico, tudo parece sugerir que não tenha existido uma segunda. Posto isto, essa referência textual representaria uma espécie de hipérbole, servindo para transmitir a ideia de que o soberano terá dado mais do que lhe fora solicitado<sup>(58)</sup>. Através do texto, afirma-se que o rei inspeccionou diariamente a feitura das inscrições na porta (no original «portas»), tarefa levada a cabo nas oficinas do soberano. Na segunda inscrição, Niankhsekhmet louva o monarca pela generosidade que dispensa ao seu séquito de servidores (*chemsu*, literalmente «seguidores») e, num sentido mais global, pelas suas transcendentais qualidades, que o tornavam virtualmente superior às divindades. Este louvor processava-se no âmbito de uma actividade participativa que envolveria todos aqueles que pudessem ou conseguissem ler os textos da «falsa porta». Assim, o meio de retribuição do dignitário pela doação régia da mesma reside precisamente no encómio endereçado ao soberano.

Uma vez que o rei detinha todo o poder e riqueza que lhe permitiam conceder favores ou agraciar os seus súbditos, estes só podiam oferecer em troca partes de si próprios. Elas assumiam a forma básica do serviço ao monarca – o funcionário em causa era um médico-mágico<sup>(59)</sup> que exercia funções intimamente ligadas à saúde e ao bem-estar do faraó – e das actuações ou performances que apresentavam tanto ao rei como ao exortarem, por escrito, outros dignitários a também enaltecerem o seu senhor. Consequentemente, do conjunto das inscrições que comportam a referência à participação faraónica resulta um testemunho que se converteu numa espécie de memorial perpétuo. As implicações deste tipo de relação assimétrica afiguram-se

idênticas às das relações mantidas pelo rei com os deuses<sup>(60)</sup>: realçam, mobilizam e celebram a especial dependência do súbdito face ao seu monarca. Importa, pois, ver na instituição social subjacente à composição textual uma entidade muito formalizada, pelo que as inscrições, relativamente breves, se reportam a cerimónias mais elaboradas, certamente vitais para a definição de uma «biografia» individual.

Nianksekhet enfrentaria o outro mundo da maneira que havia desejado, no seguimento do episódio em que solicitou o seu pedido ao rei para que o ajudasse no equipamento da sua morada do Além, cujo resultado foi a oferta da «falsa porta»<sup>(61)</sup>. É lógico que antes de formular o pedido, o funcionário precisava de se certificar se o que desejava seria algo aceitável, a fim de que o monarca viesse a responder positivamente, enquanto o acto de interpelação ao soberano era devidamente formalizado. Na qualidade de pólo simbólico do favor que lhe fora feito, o episódio tinha um significado altamente representativo para a «biografia» de Nianksekhet, traduzindo-se de várias maneiras por meio da série de títulos e funções ostentados pelo servidor, consignados na sua «falsa porta». É muito improvável que Nianksekhet não proferisse o seu louvor ao rei numa cerimónia – presumivelmente bastante depois do seu pedido e numa ocasião decerto formalizada – e se limitasse à apresentação de um panegírico com uma dúzia de versos métricos nas inscrições. Aparentemente, o modelo textual abreviado da «falsa porta» seria um protótipo condensado de uma prática mais extensa, elaborada, pelo menos, de três maneiras:

- a) Tanto as inscrições gravadas na pedra como a versão discursiva oral não terão sido respectivamente compostos ou pronunciados pelo próprio Nianksekhet, daí que neste processo estariam envolvidas outras pessoas instruídas (anónimas), participando também como audiência;
- b) As formas textuais resumidas fazem parte de uma obra de arte, talvez das maiores e mais paradigmáticas «falsas portas» que se conservaram do Império Antigo, atingindo mais de três metros de altura e esculpida em refinado baixo-relevo<sup>(62)</sup>. De acordo com o estilo coevo, as «falsas portas» dispunham de limitado espaço para a escrita hieroglífica. Sublinhe-se, contudo, que este par de inscrições se acha entre os textos mais longos exarados no Egipto do Império Antigo<sup>(63)</sup>. Os painéis com as inscrições mostram que a «falsa porta» terá sido projectada já com os textos em mente, pelo que o «intercâmbio» entre o

recedor (Niankhsekhmet) e o doador (o rei) estaria implícito na sua fase inicial, isto – como o tamanho e a qualidade desse elemento arquitectónico sugerem – se a peça foi produzida efectivamente nas oficinas régias. Além disso, o texto hieroglífico salienta, como vimos, que a elaboração da «falsa porta» pelos artífices era objecto de inspecções diárias, no âmbito *setep-za*, talvez uma série de visitas cerimoniais e administrativas em que o soberano era acompanhado por vários dignitários<sup>(64)</sup>; não admira então que a própria feitura da obra se desenrolasse num contexto formalizado;

- c) A composição do texto hieroglífico estava obviamente apartada de qualquer forma oral, embora a escrita fosse pronunciada quando lida e exarada (para o caso de signos esculpidos a inscrição representava um complexo processo artístico em que as noções convencionais de «escrita» e «leitura» eram apenas parcialmente relevantes). A criação de um texto bastante breve implicaria um refinamento prévio das formas oralmente empregues, com o propósito de incidir num episódio, produzindo-se uma obra de arte, não obstante o seu cariz sucinto. Assim, a «falsa porta» de Niankhsekhmet possuía um significado narrativo fundamental para a «biografia» do proprietário e, ao mesmo tempo, um valor semântico institucional; reflecte, igualmente, a hábil exploração de formas linguísticas e escritas que já se tinham desenvolvido ao longo de um par de séculos.

A faceta biográfica, no caso que temos vindo a analisar, foi bem mais longe do que as inscrições das anteriores dinastias, que consistem basicamente em listas de títulos e de aspectos vinculados a direitos ou a domínios fundiários: exhibe tão-só um episódio vital, reflexivamente ligado ao objecto em que o texto foi gravado. O episódio podia também relacionar-se com a crença de que o rei e o súbdito mantinham a sua conexão social no Além. A vertente biográfica ressalta ainda mais fortemente nas inscrições de Rauer<sup>(65)</sup> e de Uachptah<sup>(66)</sup>, ambas do reinado de Neferirkaré. Nelas se descrevem situações insólitas nas vidas dos protagonistas, onde o monarca desempenha, de uma maneira ou de outra, um papel activo<sup>(67)</sup>. O texto de Rauer assume a aparência de um «decreto», ou seja uma carta, quando provinha da realza<sup>(68)</sup>, onde se relata um incidente no decurso de um ritual, onde o monarca atingiu inadvertidamente Rauer numa perna com a sua maça cerimonial: ora entendia-se, ao tempo, que qualquer contacto

fortuito com a real pessoa significava um grande perigo devido ao seu poder, que tanto podia ser benfazejo como destruidor ou mortífero<sup>(69)</sup>. Daí resultou que o decreto tenha sido inscrito em hieróglifos (com o aspecto material de um documento oficial), contendo uma referência específica à declaração proferida por Neferirkaré, frisando o monarca que tocou sem querer no seu funcionário, pois que não lhe desejava fazer mal algum<sup>(70)</sup>: na inscrição, conta-se que logo após ter sucedido tal episódio, o rei afirmou: «Que não tenha ferida alguma!» E, depois, dirigindo-se aos membros da sua corte, acrescentou: «A minha majestade deseja que não sofra nenhum dano, já que não era minha intenção golpeá-lo (com a maça)». Quanto a Uachptah, que ocupou o cargo de *taiti zab tjeti* («vizir»), numa ocasião em que acompanhava o soberano numa inspecção pública às obras do monumento funerário régio, terá sofrido um enfarte. Neferirkaré, se nos ativermos à inscrição tumular, fez tudo o que estava ao seu alcance para tentar reanimar o dignitário, primeiro concedendo-lhe a honra de beijar directamente os seus pés (o que só acontecia muito excepcionalmente, já que a norma era os funcionários beijarem o chão diante do faraó) e depois, vendo que isso não surtia qualquer resultado, chamou os médicos da corte. De nada serviam os esforços do rei, que, muito apreensivo, decidiu ainda que se trouxesse para junto do seu valido inconsciente uma arca com prescrições religiosas e mágicas, mas Uachptah acabou por falecer. Após a sua inumação, o dramático episódio foi registado no túmulo do «vizir» em inscrições hieroglíficas, das mais extensas desse período.

Nenhum dos textos – tanto de Rauer como de Uachptah – foi apostado junto a imagens em baixo-relevo representando os defuntos: a «carta» para Rauer foi gravada num bloco à parte, não podendo fazer parte integrante de um baixo-relevo, embora seja possível que perto da inscrição se encontrasse uma estátua do funcionário<sup>(71)</sup>. No respeito às inscrições de Uachptah, indiscutivelmente mais informativas que as da sua «falsa-porta»<sup>(72)</sup>, estão gravadas em ambos os lados da entrada que dá acesso ao seu túmulo, de maneira a ficar bem patente que o morto recebera favores reais sob Sahuré e Neferirkaré. Também se encontram separadas das figuras bidimensionais do «vizir», pelo que se devem ler e compreender por si mesmas, ao contrário de muitos textos «autobiográficos».

Estes dois relatos são dignos de nota porque se afastam consideravelmente da costumeira apresentação ideal do papel desempenhado pelo rei egípcio e dos percursos vitais dos membros da elite do

poder central. No caso de Rauer, o monarca, ao bater descuidadamente no primeiro com a sua maça, o que à luz do tempo se podia traduzir num acto potencialmente fatídico para o súbdito, apressou-se logo a corrigir o erro, declarando não ter feito deliberadamente. Quanto ao episódio que envolveu Uachptah, ele assumiu, como vimos, contornos bem mais graves. Apesar de ter convocado os seus médicos e trazido para junto do dignitário uma arca repleta de fórmulas mágicas e esconjuros (na esperança que neles algo houvesse que pudesse salvar-lhe a vida), ele não recuperou os sentidos e morreu<sup>(73)</sup>.

Se bem que os textos de Rauer e de Uachptah não exibam qualidades muito «literárias», tratando-se de relatos sucintos que, no caso do primeiro dignitário, apenas se viu embelezado pelo seu formato inscricional (a inscrição de Uachptah está demasiado deteriorada para fazermos qualquer tipo de juízo nesse sentido), já as situações descritas têm elementos «literários»: transmitem, por assim dizer, perturbações em relação à ordem normal e desejada das coisas (numa delas falecendo o dignitário) e, além disso, a imagem de um rei falível e não todo-poderoso, o que certamente não apareceria na hinologia monárquica ou, por exemplo, no par de inscrições de Niankhsekhmet. Os acontecimentos invulgares ou insólitos relatados nos textos de Rauer e de Uachptah foram «endireitados» por meio de «emendas» régias, no último caso até mediante um processo comemorativo no túmulo do «vizir», destinado obviamente à sua existência ultra-terrena. No caso de Niankhsekhmet, torna-se implícita uma certa forma de associação entre o funcionário e o rei, que se prolongaria no Além. Estas «permutas» entre soberano e súbdito (vivo ou morto) pertencente à elite egípcia consubstanciam-se, pois, na modalidade escrita, textual, sendo o conteúdo «biográfico» formulado como uma narrativa elaborada mas concisa. Os eventos, pelo contrário, eram vividos mais plenamente e expressos, sem dúvida, em pormenores verbais muito mais circunstanciados, mas a sua quinta-essência duradoura radicava no veículo inscricional.

A evocação deste tipo de episódios veio a conhecer paralelos mais tardios na história egípcia, nestes se incluindo inscrições régias como a de Senuseret I em Tod<sup>(74)</sup> e parcelas dos «anais» de Tutmés III<sup>(75)</sup>, sendo significativa em todos estes exemplos a quebra ou o desvio em relação à habitual apresentação superficialmente optimista do indivíduo e dos acontecimentos em geral<sup>(76)</sup>. Ainda que breves, as descrições aproximam-se, em termos de abordagem, do tratamento mais complexo que se faculta da adversidade na literatura posterior. Embora não haja dúvidas de que essas ocasiões foram

resultado da aplicação de convenções, elas (e o seu subsequente registo verbal) inserem-se numa armação de pendor ficcional no que concerne ao desempenho de papéis e da performance, o que as destaca e distancia das normas mais rígidas e ritualizadas para a descrição da vida dos membros da elite dirigente egípcia, através das quais a existência humana do alto funcionário e/ou cortesão aparece, quase invariavelmente, como exemplo de serviços meritórios coroados por sucesso. Uma vez que a decisão do monarca em conceder um favor ao membro da elite – facto exarado na inscrição tumular – terá sido tomada na própria corte, as versões escritas possuíram, decerto, antecedentes orais dos eventos *per se*<sup>(77)</sup>.

Décadas atrás, William Stevenson Smith<sup>(78)</sup> reportou-se a textos egípcios como os atrás citados, na intenção de provar que os monarcas da V dinastia desejariam, de algum modo, tornar-se mais «acesíveis» do que os seus predecessores da IV. Trata-se de uma ideia plausível, mas o autor não perspectivou o assunto com base nos géneros textuais ou nas instituições sociais em que os primeiros estavam inseridos. Neste sentido, será difícil comparar directamente os dois períodos, até porque os géneros mais relevantes ainda não se teriam desenvolvido na IV dinastia. Na V dinastia, o séquito real, que aparentemente teve como esteio o conjunto dos membros da família alargada do monarca, podia não comportar as mesmas instituições de reciprocidade, pelo que a interpretação de W. S. Smith, embora intrinsecamente verosímil, talvez peque por ser uma «leitura» demasiado literal das fontes egípcias.

Redigida aproximadamente na mesma altura que os textos privados acima evocados, sobressai o que parece ser uma litania de louvor dirigida a Sahuré, cujos signos hieroglíficos se gravaram por cima da figuração de várias embarcações num baixo-relevo do templo funerário desse soberano, no qual se descreve a chegada ao Egipto de uma expedição naval<sup>(79)</sup>. A referida litania compreenderia, pelo menos, dez cópilas: quatro estão consignadas por cima dos barcos em dois registos, mas nenhuma delas revela o início ou o fim. Ainda assim, é possível reconstituir a seguinte sequência textual: «Louvado sejas, Sahuré, amado de Tot, senhor das terras estrangeiras [*šms*] [...] / Louvado sejas, Sahuré, deus dos vivos, deixa-nos contemplar (?) a tua perfeição / Louvado sejas, Sahuré / Pois que nós vimos [...]»<sup>(80)</sup>.

Embora fragmentário, o texto é significativo quanto à indicação do seu possível arquétipo. Não é nada provável que a composição tenha sido redigida directamente enquanto grupo de legendas para um

relevo parietal; existiria, quase certamente, uma forma oral ou um modelo textual, posteriormente adaptado para a legendagem da imagem. Se foi este o caso, como se afigura credível devido ao processo de maturação necessário para a criação de um texto bem estruturado, tal não quer dizer que não houvesse uma tradição de fontes afins que constituíssem uma espécie de núcleo de *belles-lettres*; seriam conservadas e, quando necessário, empregues. O paralelismo entre este caso e o louvor ao monarca assinalável nas inscrições de Niankhsekhmet (do mesmo reinado) torna-se evidente, mostrando a existência de textos concebidos para diferentes finalidades mas escorados num manancial comum de capacidades e elementos de ordem retórica e poética. Para além da litania, cujo teor se relaciona com as tripulações dos barcos representados, eventualmente compostas por estrangeiros e, assim, dificilmente capazes de compreender a língua egípcia sobretudo na sua modalidade escrita<sup>(61)</sup>, observam-se membros da elite do país das Duas Terras a dobrarem a cerviz na presença do soberano, ocupando eles os registos superiores de toda a composição figurativa. Ao pé de cada um dos indivíduos surge a seguinte legenda: *dit iau en Sahuré* (*dit i3w n s3ḥw-rʿ*), ou seja, «Prestando veneração/adoração a Sahuré».

Consequentemente, o regresso da expedição naval tem lugar num momento cerimonial, solene, que se direcciona mais para o rei do que para os tripulantes das embarcações, ainda que envolva todos os participantes na cena, tanto a elite egípcia como os nautas estrangeiros. Neste conjunto plástico e hieroglífico, tudo leva a supor que a figura do rei não apareceria esculpida em relevo. É possível que ele representasse o centro semântico fundamental, sem, no entanto, haver a necessidade de estar representado em todas as cenas parietais. De modo análogo, as «biografias» privadas não deixavam de ter todo o seu sentido na sua íntima relação primária com o monarca, mesmo não surgindo este figurado nas imagens dos túmulos dos seus dignitários.

## Conclusão

No presente ensaio, abordámos essencialmente a interacção entre a projecção do papel do rei – implicando o ofício ritualizado da realeza – e os portadores individuais de cargos ao serviço do «Estado», as suas acções e conexões com a elite, e a necessidade de os dignitários ganharem legitimidade no âmbito das suas funções e do seu *status*.

A vida do monarca desenrolava-se ao longo de estádios de variável grau de ritualização. Ao influir nos acontecimentos, ele alterava os termos da vertente social desse ritual, mas não a religiosa. Rei e elite interagiram para criar um mundo discursivo que estruturava as vivências de ambos. Os eventos altamente formalizados através dos quais se processava o discurso eram comemorados numa diversidade de meios e formas, desde cenas de baixos-relevos em templos funerários onde se exibiam a interacção rei-deuses, as caçadas do soberano e outras actividades, passando pelo sistema de títulos da elite egípcia, até inscrições integralmente textuais de membros da última, que comportavam todo um conjunto de significados enriquecedores e complexos que, mais tarde, viriam a desenvolver-se e a aperfeiçoar-se nas *belles-lettres* a partir do Império Médio. Essas conotações complexas eram traduzidas mediante formas textuais e iconográficas (plásticas), mas assumiam uma presença mais expansiva (e para os actores ainda mais importante) nos acontecimentos entre o rei e a elite. Como frequentemente tem sido referido acerca da construção da ideia de «história» no antigo Egipto, sobretudo por E. Hornung<sup>(82)</sup>, tais eventos obedeciam a padrões estabelecidos especialmente relacionados com a estrutura de reciprocidade e comunicação entre o monarca e a elite. Os factos ou episódios que não se enquadrassem nessas normas eram indubitavelmente descartados e omitidos, à semelhança dos desaires militares que, em todas as épocas da civilização faraónica, jamais mereciam registo escrito. Ora este conjunto de estereótipos que moldava a vida social deve ser tomado em consideração na forma como os Egípcios articulavam o «mundo» do seu tempo. No entanto, como vimos, captam-se excepções à regra em fontes epigráficas, havendo algumas (raras) que aludem a episódios insólitos, adversos e relativizantes. Seja como for, o registo escrito transmite, no decurso do Império Antigo, uma imagem mais claramente positiva do que a observável em diversas obras literárias posteriores.

A mescla dos elementos textuais e imagéticos das acções régias não só mostra as mesmas, mas também as constitui reflexivamente. Os monumentos representavam uma preocupação central para o grupo dirigente. O seu envolvimento com os monumentos e as inscrições neles apostas era mobilizado nos próprios monumentos e «negociado» através de trocas formalizadas entre o soberano e os seus dignitários. Assim, a interacção existente em vida era transformada e colocada num plano distinto e numa diferente forma de discurso nos monumentos, especialmente os régios. Mais tarde, os géneros literários vieram

a oferecer uma visão sobre a realeza mais aprofundada e provida de cambiantes. Na *Instrução para Merikaré*, por exemplo<sup>(83)</sup>, a situação social formalizada do grupo dirigente serviu como ponto de partida. O contexto vivencial do rei e da elite, o discurso oral e as tradições, bem como a tradição mais ampla do acto de se contarem «estórias», afiguram-se componentes essenciais nestes desenvolvimentos, tanto ou mais do que as inscrições evocadas por Assmann<sup>(84)</sup>, de finais do Império Antigo e do Primeiro Período Intermediário. Consequentemente, embora se possa tentar aprofundar a análise das «biografias» convencionais e moralizantes e fazê-las recuar no tempo, nós entendemos que as suas características formais se localizam no limiar do núcleo dos elementos discursivos respeitantes à realeza, que se encontram incorporados de maneira mais imediata nos textos menos convencionais acima mencionados. Em todo o caso, o tópicus da realeza permaneceu fundamental. Todavia, era possível imaginar um «mundo» (= Egipto) com reduzida associação à monarquia, como se evidenciou no Primeiro Período Intermediário, em inscrições tumulares como a de Ankhthifi de Mo'alla.<sup>(85)</sup> Mas, como seria de esperar, as formas do Império Antigo, assim como qualquer grande façanha pessoal e todas as coisas com significado narrativo, contraposto ao genérico, continuaram a prevalecer por meio da realeza.

## Notas

(1) Última etapa do Pré-Dinástico egípcio.

(2) Época que, cronologicamente, precede o Império Antigo (III-VI dinastias).

(3) Para um aprofundamento desta asserção, consultem-se: W. HELCK, *Untersuchungen zur Thinitenzeit*, Wiesbaden: Otto Harrassowitz, 1987; T. A. H. WILKINSON, *Early Dynastic Egypt*, 3.ª edição, Londres: Routledge, 2005.

(4) Como salientou J. BAINES, «Origins of Egyptian Kingship», in D. O'CONNOR e D. P. Silverman (ed.), *Ancient Egyptian Kingship*, Leiden: E. J. Brill, 1995, pp. 129-135.

(5) IDEM, «Kingship before literature: the world of the king in the Old Kingdom», in R. Gundlach e C. Raedler (ed.), *Selbstverständnis und Realität. Akten des Symposiums zur ägyptischen Königsideologie in Mainz 15.-17. 6. 1995*, Wiesbaden: Otto Harrassowitz, 1997, p. 126.

(6) Cf. «Politik zwischen Ritual und Dogma. Spielräume politischen Handelns im pharaonischen Ägypten», *Saeculum* 35 (1984), 97-114.

(7) M. LIVERANI, «The deeds of ancient Mesopotamian kings», in J. M. Sasson (ed.), *Civilizations of the Ancient Near East*, vol. IV, 1995, pp. 2353-2366. Lembremo-nos, por exemplo, da narrativa que contém os feitos atléticos do rei Amen-hotep II (XVIII dinastia, Império Novo).

- (8) Cf. «Zur geschichtlichen Rolle des Königs in der 18. Dynastie», *MDAIK* 15 (1957), 120-133.
- (9) *Rank and title in the Old Kingdom: The Structure of the Egyptian Administration in the Fifth and Sixth Dynasties*, Chicago: University of Chicago Press, 1960.
- (10) Expressão que habitualmente é utilizada pelos egiptólogos no âmbito da literatura.
- (11) Tópico que pode ser explorado através de biografias, bem como por meio de material inscricional de contexto templário: veja-se, entre outros, E. OTTO, *Gott un Mensch nach den ägyptischen Tempelinschriften der griechisch-römischen Zeit: Eine Untersuchung zur Phraseologie der Tempelinschriften*, AHAW, Heidelberg: C. Winter, 1964; U. RÖBLER-KÖHLER, *Individuelle Haltungen zum ägyptischen Königtum. Private Quellen und ihre Königswertung im Spannungsfeld zwischen Erwartung und Erfahrung*, GOF4, vol. 21, Wiesbaden: Otto Harrassowitz, 1991.
- (12) Sobre isto, veja-se R. PARKINSON, «The dream and the knot: contextualizing Middle Kingdom literature», in G. Moers e A. Loprieno (ed.), *Ancient Egyptian Literature*, Leiden: E. J. Brill, 1996.
- (13) Palavra que utilizamos na sua acepção cultural.
- (14) Para comentários adicionais, J. BAINES, «Origins of Egyptian Kingship», pp. 96-101.
- (15) Publicada em Darmstadt em 1998, com a chancela editorial da Wissenschaftliche Buchgesellschaft.
- (16) Publicado na obra colectiva, já aqui citada, editada por D. O'Connor e D. Silverman, *Ancient Egyptian Kingship*, Leiden: E. J. Brill, 1995, pp. 221-262.
- (17) Publicado em 1960.
- (18) Importa referir que T. G. H. JAMES (cf. «Review of Baer 1960», *JAOS* 83, 1963, 119-120) teceu alguns comentários e mostrou objecções em relação a esta monografia, mas não exibiu argumentos suficientemente válidos para rebater certas ideias de Baer.
- (19) Como, por exemplo: *Untersuchungen zu den Beamtentiteln des ägyptischen Alten Reiches*, *ÄgFo* 18, Glückstadt: J. J. Augustin, 1954; «Herkunft und Deutung einiger Züge des frühägyptischen Königsbildes», *Anthropos* 49 (1954), 961-991.
- (20) Cf. *Untersuchungen zu den Beamtentiteln*, pp. 43-44, 65-66.
- (21) *Ibidem*, pp. 131-133.
- (22) Veja-se J. BAINES, «Egyptian twins», *Orientalia* 54 (1985), 469.
- (23) Sublinhe-se que as vertentes interligadas de realeza, poder e parentesco no Império Antigo foram dissecadas na tese de doutoramento de M. BAUD – *Famille royale royale et pouvoir sous l'Ancien Empire égyptien*, apresentada à Université de Paris IV/Sorbonne em 1994 e publicada pela primeira vez em 1999 pelo Institut Français d'Archéologie Orientale (Cairo). Em 2005, fez-se nova edição, revista e ampliada pelo autor, precisamente aquela a que tivemos acesso. Entre outros, revestem-se de particular interesse os capítulos 2, «La parenté royale», pp. 106-192, e 3, «Famille royale, statut et pouvoir», pp. 193-372, nos quais se analisam com grande rigor as fronteiras do grupo restrito da elite dirigente egípcia da III dinastia à VI, de acordo com as categorias definidas pelo parentesco ou por outros tipos de vínculos ou relações pessoais com o soberano (cf. pp. 307-312).
- (24) A *pat*, inicialmente, comportava certamente a ideia de um parentesco autêntico: cf. W. HELCK, «Die soziale Schichtung des ägyptischen Volkes im 3. und 2. Jahrtausend v. Chr.», *JESHO* 2 (1959) 5. A este respeito ainda, para uma abordagem mais recente, veja-se

M. BAUD, *Famille royale et pouvoir sous l'Ancien Empire égyptien*, Cairo: IFAO, 2005, pp. 307-312.

(25) Aqui utilizamos o vocábulo «pristino» num sentido distinto ao conceito antropológico de «civilizações pristinas».

(26) Por exemplo, *Ägypten: Theologie und Frömmigkeit einer frühen Hochkultur*, Estugarda: W. Kohlammer, 1984; *Ma'at: Gerechtigkeit und Unsterblichkeit im alten Ägypten*, Munique: C. H. Beck, 1990.

(27) Cf. J. BAINES, «Ancient Egyptian Concepts and uses of the past: 3rd to 2nd millennium BC evidence», in R. Layton (ed.), *Who needs the past? Indigenous values and archaeology*, Londres: Unwin Hyman, 1989, pp. 133-135.

(28) Cf. «Die Heraufkunft des transzendenten Gottes in Ägypten», in E. Blumenthal et al. (ed.), *Religion und Geschichte: gesammelte Aufsätze*, Leipzig: Hermann Böhlaus Nachfolger, 1975, pp. 85-86. O estudo de Morenz foi originalmente publicado em 1964.

(29) Cf. J. BAINES, «Origins of Egyptian kingship», pp. 125-135.

(30) Cf. K. BAER, *Rank and title in the Old Kingdom*, Chicago: University of Chicago Press, 1960, pp. 264-265; P. POSENER-KRIÉGER, «Old Kingdom papyri: external features», in M. L. Bierbrier (ed.), *Papyrus: structure and usage*, Occasional Paper 60, Londres: British Museum Press, 1986, p. 29, n. 26.

(31) Cf. S. SEIDLMEYER, «Town and state in the early Old Kingdom: a view from Elephantine», in A. J. Spencer (ed.), *Aspects of Early Egypt*, Londres: British Museum Press, 1996, pp. 108-127, est. 22-23; IDEM, «Die Staatliche Anlage der 3. Dyn. in der Nordwestpalast von Elephantine. Archäologische und historische Probleme», in M. Bietak (ed.), *Haus und Palast im alten Ägypten/House and Palace in Ancient Egypt*, Viena: Verlag der Österreichischen Akademie der Wissenschaften, 1996, pp. 195-214; T. A. H. WILKINSON, *Early Dynastic Egypt*, pp. 101-102, 277-278. Atente-se, também, ao que escreveu M. BAUD (cf. *Djéser et la IIIe dynastie*, Paris: Pygmalion/Gérard Watelet, 2002, p. 136): «Le règne de Netjerikhet Djéser présente plusieurs innovations capitales dans l'histoire de l'architecture royale, dont l'invention de la pyramide à degrés est la manifestation la plus éclatante. Deux de ses successeurs au moins, Sekhemkhet et Khafu, en ont perpétué le modèle pour leur demeure d'éternité. Si cela reste incertain pour Houni, faute d'avoir découvert sa tombe, l'érection de pyramides à degrés miniatures, sous ce règne, dispersées sur le territoire de la Vallée, montre qu'il a prolongé cette tradition architecturale. Snéfrou encore, le successeur de ce dernier et le fondateur de la IVe dynastie, a poursuivi dans la même voie. Des fouilles récentes ont montré que le petit monument à degrés de Seila, installé en bord de Fayoum, devait lui revenir».

(32) Por *decorum*, entendemos um sistema normativo que rege as representações figuradas. Ele circunscreve o tema e o contexto das imagens, bem como a natureza das inscrições que as acompanham. Cf. J. BAINES, *Fecundity figures: Egyptian personification and the iconology of a genre*, Warminster: Aris & Phillips, 1985, pp. 277-305; J. Podemann SØRENSEN, «Divine access: the so-called democratization of Egyptian funerary literature as socio-cultural process», in G. ENGLUND (ed.), *The religion of the ancient Egyptians: cognitive structures and popular expressions*, Boreas 20, Estocolmo: Almqvist & Wiksell, 1989, pp. 109-125.

(33) Cf. *De la divinité du pharaon*, Cahiers de la Société Asiatique 15, Paris: Imprimerie Nationale, 1960, pp. 20-21; 102-103.

(34) Cf. *Die Stellung des Königs im Alten Reich*, Wiesbaden: Otto Harrassowitz, 1960, pp. 89-90.

<sup>(35)</sup> O exemplo mais significativo data do reinado de Peribsen: a parte textual mais relevante parece poder ler-se da seguinte maneira: «O de Ombos. Ele reuniu/juntou (*demedj*, palavra escrita através da combinação de um signo unilítero e outro bilítero) as Duas Terras para o seu filho, o rei dual Peribsen»; esta frase vê-se ainda antecedida pelo título do portador do selo. Cf. P. KAPLONY, *Die Inschriften der ägyptischen Frühzeit*, vol. III, Wiesbaden: Otto Harrassowitz, 1963, est. 95, fig. 368; vol. II, p. 1143. Esta impressão de selo é importante por dois motivos: primeiro, enquanto asserção «propagandística» referente ao soberano fora de um contexto sagrado; segundo, pelo facto de ter sido elaborada num período pautado por conflitos internos. Dado que os relevos de templos se atestam no reinado seguinte (Khasekhem/Khasekhemui), será lícito supor a existência de um autêntico repertório sagrado. Por seu turno, muitos dos elementos descobertos no complexo de Netjerikhet Djoser em Sakara, logo no início da III dinastia, longe de constituírem inovações, integram-se numa linha de continuidade, no seio de uma tradição egípcia já estabelecida.

<sup>(36)</sup> Cf. J. BAINES, «Egyptian myth and discourse: myth, gods and the early written and iconographic record», *JNES* 50 (1991), 96.

<sup>(37)</sup> Cf. A. ROCCATTI, *La littérature historique sous l'Ancien Empire égyptien*, Paris: Éditions du Cerf, 1982, pp. 91-93.

<sup>(38)</sup> Cf. J. BAINES, «Ancient Egyptian concepts and uses of the past: 3rd to 2nd millennium BC evidence», in *Who needs the past*, pp. 134-135.

<sup>(39)</sup> Cf. W. SCHENKEL, *Memphis. Herakleopolis. Theben. Die epigraphischen Zeugnisse der 7.-11. Dynastie Ägyptens*, Wiesbaden: Otto Harrassowitz, 1965, pp. 92-99, com referências.

<sup>(40)</sup> Os decretos reais do Império Antigo pertencem a uma categoria diferente, como sucede, por exemplo, com a inscrição-dedicatória de Niuserré, achada na estrutura do vale do seu templo solar: cf. W. HELCK, «Die "Weihinschrift" aus dem Taltempel des Sonnenheiligtums des Königs Neuserre bei Abu Gurob», *SAK* 5 (1977), 47-77.

<sup>(41)</sup> Isto é, no sentido de um veículo de transmissão de mensagens de carácter político-social ou religioso destinadas a um elevado número de indivíduos. Actualmente, o termo «propaganda» entende-se nos moldes de um processo de persuasão de um público-alvo muito amplo. Na realidade, o étimo sofreu uma certa deturpação semântica sobretudo a partir da Segunda Guerra Mundial, com os métodos doutrinários criados pela Alemanha nazi. Cabe recordar que, originariamente, «propaganda» significa, pura e simplesmente propagar mensagens ou ideais, aparecendo pela primeira vez no contexto religioso da Igreja Católica romana, através da *Congregatio de propaganda fide*, em 1622, com vista a criar novas bases para um movimento de evangelização cristã do Novo Mundo.

<sup>(42)</sup> Cf. P. LACAU e H. CHEVRIER, *Une chapelle de Sésostri Ier à Karnak*, Cairo, IFAO, 1956-1969, vol. I, pp. 214-219; vol. II, est. 3, 42; W. HELCK, «Die Bedeutung der Inschriften J. Lopez, *Inscripciones rupestres* Nr 27 and 28», *SAK* 1 (1974), 215-225.

<sup>(43)</sup> Cf. «Ein Siegel der frühzeitlichen Königsnekropole von Abydos», *MDAIK* 43 (1987), 33-43; IDEM *et al.* «Umm el-Qaab: Nachuntersuchungen im frühzeitlichen Königsfriedhof, 7./8. Vorbericht», *MDAIK* 52 (1992), 71-73, fig. 26.

<sup>(44)</sup> Cf. E. J. BROVARSKY, «Two Old Kingdom writing boards from Giza», *ASAE* 71 (1987), 27-52.

<sup>(45)</sup> Sobre esta matéria, veja-se M. BAUD e V. DOBREV, «De nouvelles annales de l'Ancien Empire égyptien: une "Pierre de Palerme" pour la VIe dynastie», *BIFAO* 95 (1995), 23-92.

- (46) H. ALTENMÜLLER e A. M. MOUSSA, «Die Inschrift Amenemhets II. Aus dem dem Ptah-Tempel von Memphis: Ein Vorbericht», *SAK* 18 (1991), 1-48; também, J. MÁLEK e S. QUIRKE, «Memphis, 1991: epigraphy», *JEA* 78 (1992), 13-18.
- (47) Cf. M. BAUD e V. DOBREV, «De nouvelles annales de l'Ancien Empire égyptien...», pp. 90-92.
- (48) Aspecto amplamente estudado por H. G. FISCHER: veja-se, por exemplo, o conjunto de estudos deste autor na obra *L'écriture et l'art dans l'Égypte ancienne*, Paris: Presses Universitaires de France, 1986.
- (49) Cf. M. EATON-KRAUSS, «Two masterpieces of early Egyptian sculpture», *OMRO* 77 (1997), 7-21.
- (50) Cf. W. HELCK, «Zur Frage der Entstehung der ägyptischen "Literatur"», *WZKM* 63/64 (1972), 11; IDEM, «Altägyptische Aktenkunde des 3. und 2. Jahrtausends», *MÄS* 31 (1974), 10-38.
- (51) Para alguns pormenores sobre estas imagens talhadas na rocha, no Uadi Maghara, veja-se M. BAUD, *Djéser et la IIIe dynastie*, pp. 261-263: da III dinastia, avultam os relevos onde se figuram os reis Netjerikhet, Sekhemkhet, Khaba e Sanakht; da IV, existe um de Seneferu.
- (52) Consulte-se, a propósito, J. ASSMANN, «Egyptian Literature», in *Anchor Bible Dictionary*, vol. II, Nova Iorque / etc.: Doubleday, 1992, p. 378.
- (53) V. WESSETZKY, «Alter», *Lexikon der Ägyptologie*, I, Wiesbaden: Otto Harrassowitz, 1975, cols. 154-156; J. BAINES, *Fecundity figures: Egyptian personification and the iconology of a genre*, pp. 122-127.
- (54) J. ASSMANN, «Persönlichkeitsbegriff und – bewußtsein», *Lexikon der Ägyptologie*, III, Wiesbaden: O. Harrassowitz, 1982, col. 965-978.
- (55) Para um melhor aprofundamento da noção da «pessoa social», remetemos para M. CARRITHERS *et al.*, (ed.), *The category of the person: anthropology, philosophy, history*, Cambridge, Cambridge University Press, 1985.
- (56) De inegável interesse e utilidade se revela um estudo de J. ASSMANN: «Schrift, Tod und Identität: das Grab als Vorschule der Literatur im alten Ägypten», in A. Assmann *et al.* (ed.), *Schrift und Gedächtnis: Beiträge zur Archäologie der literarischen Kommunikation*, Munique: Wilhelm Fink, 1983, pp. 64-93; esse texto foi posteriormente publicado numa coletânea de artigos de J. ASSMANN (*Stein und Zeit: Mensch und Gesellschaft im alten Ägypten*, Munique: W. Fink, 1992, pp. 169-199).
- (57) Cf. A. ROCCATTI, *La littérature historique sous l'Ancien Empire égyptien*, pp. 96-98
- (58) Para o túmulo deste funcionário (em Sakara, D 12), veja-se A. MARIETTE, *Les mastabas de l'Ancien Empire*, ed. G. Maspero, Paris: F. Vieweg, 1889, pp. 202-205. J. ASSMANN (cf. «Schrift, Tod und Identität...», 75-83) cita asserções comparáveis a esta, retiradas da biografia de Uni (da primeira metade da VI dinastia), mas não tece comentários acerca das diferenças entre elas e da própria data mais tardia do túmulo de Uni, que, atente-se, se localiza em Abido e não perto de Mênfis, a capital. Além disso, parece pouco crível que o monumento de Uni contivesse equipamento funerário produzido cerca de cinquenta anos antes. Acresce que as declarações de Uni também poderiam corresponder a uma ficção ou, então, representarem um episódio que ocorresse mais tarde na carreira deste dignitário: cf. C. EYRE, «Weni's career and Old Kingdom historiography», in C. Eyre, A. Leahy e L. Montagnò (ed.), *The unbroken reed: studies in the culture and heritage of ancient Egypt in honour of A. F. Shore*, Londres: Egypt Exploration Society, 1994, pp. 107-124.

(59) Em cuja família já tinha havido mais médicos de corte.

(60) Cf. P. FRANSEN, «Trade and Cult», in G. Englund (ed.), *The Religion of the Ancient Egyptians: Cognitive Structures and Popular Expressions*, Estocolmo: Almqvist & Wiksell, 1989, pp. 95-108.

(61) Afora a «falsa porta», o túmulo de Niankhsekhmet é bastante modesto.

(62) A «falsa porta» de Niankhsekhmet conserva-se ao espólio do Museu Egípcio do Cairo (CG 1482); mede 3,17 m de altura. Cf. L. BORCHARDT, *Denkmäler des Alten Reiches (außer den Statuen) I. CG*, Berlim: Reichsdruckerei, 1937, est. 39.

(63) Mais tarde, nos monumentos privados foi possível inserir textos mais extensos, uma vez que tinham uma área maior para se gravarem colunas de hieróglifos (desde os signos mais pequenos até às «biografias», inscritas em locais distintos).

(64) Cf. O. GOELET, «The term *Štp-s3* in the Old Kingdom and its later development», *JARCE* 23 (1986), 85-98.

(65) Para o texto, veja-se A. ROCCATTI, *La littérature historique sous l'Ancien Empire égyptien*, Paris: Éditions du Cerf, 1982, § 74. Para uma interpretação do seu teor, J. P. ALLEN, «Re'wer's accident», in A. B. Lloyd (ed.), *Studies in pharaonic religion and society in honour of J. Gwyn Griffiths*, Londres: Egypt Exploration Society, 1991, pp. 14-20.

(66) Cf. A. ROCCATTI, *La littérature historique*, pp. 108-111.

(67) Nenhuma das inscrições está completa a nível de contexto. No túmulo de Rauer há outra inscrição, demasiado danificada para ser minimamente inteligível, mas tudo aponta para que contivesse elementos de natureza simultaneamente legal e biográfica. Quanto às inscrições de Uachptah, encontram-se bastante fragmentárias.

(68) Desconhece-se a partir de que altura em concreto se começaram a escrever cartas em linguagem contínua, mas a inscrição sugere que seria já prática bem estabelecida. O texto de Rauer principia com o título *nesu-biti* do monarca, em vez do seu nome de Hórus (o primeiro da titulação), como seria de esperar num documento régio, mal tal opção terá obedecido a critérios associados ao *decorum*.

(69) Cf. A. KUHRT, *El Oriente Próximo en la Antigüedad, c. 3000-330 a. C.*, vol. I, Barcelona: Crítica, 2000, p. 174.

(70) Neste ponto, seguimos A. ROCCATTI, *La littérature historique sous l'Ancien Empire...*, pp. 109-110, e J. BAINES, «Kingship before literature...», p. 138, e não a interpretação proposta por J. P. ALLEN, «Re'wer's accident», pp. 18-20.

(71) S. HASSAN, *Excavations at Giza 1929-1930. The Egyptian University*, Oxford: John Johnson/University Press, 1932, pp. 18-19, fig. 12-13.

(72) Cf. A. MARIETTE, *Les mastabas de l'Ancien Empire*, Paris: Vieweg, 1889, pp. 267-271.

(73) Acerca deste episódio, A. KUHRT escreveu: «Ainda que o rei fosse também em certo sentido um deus, não tinha a onipotência destes a todos os níveis. Esta circunstância queda bem ilustrada na autobiografia do vizir Washptah»: cf. *El Oriente Próximo...*, I, p. 174.

(74) Cf. C. BARBOTIN e J.-J. CLÈRE, «L'inscription de Sésotris Ier à Tôd», *BIFAO* 91 (1991), 1-31.

(75) Cf. M. LICHTHEIM, *Ancient Egyptian Literature: a book of readings II: The New Kingdom*, Berkeley, Los Angeles, Londres: University of California Press, 1976, pp. 29-35.

<sup>(76)</sup> Cabe referir que estes aspectos são diferentes dos que K. ZIBELIUS-CHEN explorou num artigo (cf. «Politische Opposition im alten Ägypten», *SAK* 17 /1990, 339-360), uma vez que se situam num contexto temporal mais tardio.

<sup>(77)</sup> Para uma visão mais abrangente da «antropologia literária», bem como da vertente ficcional e imaginária, consulte-se W. ISER, *The fictive and the imaginary: charting literary anthropology*, Baltimore, Londres: John Hopkins University Press, 1993, pp. 12-27.

<sup>(78)</sup> Cf. «The Old Kingdom in Egypt and the beginning of the First Intermediate Period», in I. E. S. Edwards *et al.* (ed.), *Cambridge Ancient History I:2 The early history of the Middle East*, 3.<sup>a</sup> edição, Cambridge: Cambridge University Press, 1971, p. 184.

<sup>(79)</sup> Cf. L. BORCHARDT *et al.*, *Das Grabdenkmal des Königs Sa3hwRe' II: Die Wandbilder. Ausgrabungen der Deutschen Orient-Gesellschaft in Abusir 1902-1908* 7, Leipzig: J. C. Hinrichs, 1913, est. 12.

<sup>(80)</sup> De acordo com a tradução de J. BAINES: cf. «Kingship before literature...», p. 140.

<sup>(81)</sup> A este respeito, consulte-se M. BIETAK, «Zur Marine des Alten Reiches», in J. Baines *et al.* (ed.), *Pyramid Studies and Other Essays Presented to I. E. S. Edwards*, Occasional Publication 7, Londres: Egypt Exploration Society, 1988, pp. 35-40.

<sup>(82)</sup> Cf. *Geschichte als Fest: Zwei Vorträge zum Gschichtsbild der frühen Menschheit. Libelli* 246, Darmstad, Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1966; o autor voltou a publicar o mesmo texto na obra *Geist der Pharaonenzeit*, Zuriq, Munique: Artemis Verlag, 1989, pp. 147-163.

<sup>(83)</sup> *Die Lehre für König Merikare KÄT*, 1977.

<sup>(84)</sup> «Schrift, Tod und Identität...», pp. 64-93.

<sup>(85)</sup> Cf. *Ancient Egyptian autobiographies chiefly of the Middle Kingdom: a study and anthology*, OBO 84, 1988, pp. 24-26.